

RESOLUÇÕES DO 8º CONGRESSO ESTATUTÁRIO DAS FUNCIONÁRIAS E FUNCIONÁRIOS DA USP

Nos dias 23, 24, 25 E 26 de abril de 2024 ocorreu o 8º Congresso Estatutário das Funcionárias e Funcionários da USP que pautou a conjuntura internacional, nacional, a defesa da educação e da universidade, a luta contra as opressões e a concepção sindical e estatutária. Foram eleitos 211 delegadas e delegados de mais de 56 reuniões de unidades e assembleias nos locais de trabalho dos campi do interior e da capital. A exposição feita nas mesas de debate e o [caderno com as contribuições preparatórias ao 8º Congresso Estatutário](#) estão disponíveis no site do SINTUSP. Reproduzimos abaixo as resoluções aprovadas no 8º Congresso Estatutário dos Funcionárias e Funcionários da USP.

Conjuntura Internacional

Depois da exposição da mesa, que abordou os principais desafios para a classe trabalhadora e para os oprimidos internacionalmente, passando por temas como a guerra na Ucrânia, o genocídio ao povo palestino, a ameaça de uma nova intervenção no Haiti, os processos de luta de classes em vários países e os desafios da classe trabalhadora diante do governo de Frente Ampla, com Lula-Alckmin à frente, e de representantes da extrema direita a plenária deliberou pelas seguintes resoluções:

- 1) Reconhecer que a luta dos trabalhadores é uma luta internacional e a luta da classe trabalhadora brasileira deve ser parte da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a exploração capitalista! Pelo Internacionalismo da classe trabalhadora. Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão!
- 2) Participar com força dos atos e campanhas pelo fim do massacre ao povo palestino, exigindo que as centrais sindicais, como CUT e CTB, saiam de sua paralisia e construam em cada local de trabalho estas campanhas. Manter e fortalecer o posicionamento do Sintusp de apoio e solidariedade ao povo palestino pelo fim desse massacre, pelo fim dos bombardeios e retirada imediata das tropas de Gaza e da Cisjordânia! Em defesa dos estudantes da USP processados pela reitoria e de todos os perseguidos pela defesa do povo palestino como os metroviários punidos por Tarcísio, os militantes franceses como Anasse Kazib e os estudantes dos EUA presos. Buscar compor e/ou conformar um comitê na USP em defesa do povo palestino. Pela ruptura das relações Brasil-Israel e que a USP e a AUCANI rompam todas as suas relações e convênios com o Estado de Israel e suas instituições. Pelo direito à autodeterminação do povo palestino! Que todos os Palestinos possam retornar a seu território histórico na Palestina e reconstruir suas vidas, onde árabes e judeus, assim como todos os trabalhadores independentemente de sua religião, cultura ou etnia, possam conviver em harmonia. Pelo fim do Estado de Israel! Por uma Palestina livre, operária e socialista, do rio ao mar!
- 3) Não à ameaça de nova intervenção militar no Haiti! Fora o imperialismo do Haiti e da América Latina e Caribe! Pelo direito à autodeterminação do povo haitiano e de todos os povos

oprimidos! Fora tropas do Brasil e da Monusco (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo) da República Democrática do Congo!

- 4) Seguir denunciando a guerra na Ucrânia como uma guerra reacionária e exigindo a retirada das tropas russas de Putin da Ucrânia, pelo fim da OTAN! Nem intervenção imperialista, nem interferência militar russa na Ucrânia. Nenhuma confiança na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e em Zelensky! Contra o rearmamento da Alemanha e Europa! Apoio a deserção do exército russo! Todo apoio à luta independente do povo ucraniano, contra a invasão russa, e contra a política de Zelensky e da OTAN! Por uma saída de independência de classe apoiada na mobilização internacional! Solidariedade a todos os perseguidos políticos. Por uma Ucrânia independente, operária e socialista.
- 5) Abaixo o governo golpista de Dina Boluarte. Todo apoio à luta do povo peruano.
- 6) Seguimos a luta pela liberdade de Cesare Battisti e Mauricio Hernandez Norambuena e todos perseguidos e presos políticos do capitalismo.
- 7) Defendemos todos os imigrantes e refugiados que chegam ao nosso país, pois nenhum ser humano é ilegal! Reafirmamos nossa participação na construção da Rede de Solidariedade Internacionalista, através da CSP-Conlutas. Devemos lutar contra o corporativismo e praticarmos o internacionalismo.
- 8) Devemos seguir o exemplo da luta dos trabalhadores na Argentina contra Milei e lutar contra a extrema direita com mobilização e de forma independente, sem conciliação, exigindo das burocracias sindicais um plano de luta e a construção de uma greve geral.
- 9) Apoio aos países vítimas do imperialismo, do neocolonialismo e do neoliberalismo. Pelo cancelamento das dívidas externas desses países. Abaixo o avanço militarista das potências imperialistas. Pelo internacionalismo proletário.
- 10) Abaixo os campos de concentração e centros de detenção de imigrantes e refugiados e leis anti-imigração nos Estados Unidos, Europa e em todo o mundo.
- 11) É hora de defender a Revolução! Por um governo de trabalhadores e ruptura com o capitalismo, rumo a uma sociedade socialista e comunista.
- 12) Reconhecer que a crise climática é fruto da exploração capitalista dos recursos naturais do planeta; e que é tarefa dos sindicatos e movimentos sociais também encampar as lutas ambientalistas, em defesa da vida e do futuro. Recursos naturais para o bem-viver, não para o lucro.

Conjuntura Nacional

- 1) Reafirmar a independência de classe do sindicato em relação ao Estado capitalista e suas instituições como o Judiciário, Congresso, aos governos e patrões aprofundando o caráter classista, democrático e combativo de nosso sindicato, e alavancando a organização por local de trabalho e territorial;
- 2) A conciliação de classes é o que abre caminho para a extrema direita. Para derrotar a extrema direita e os ataques do governo Bolsonaro, também do governo Lula-Alckmin e os ataques de Tarcísio em SP precisamos apostar na força da luta e organização independente da classe trabalhadora e dos setores oprimidos, com total independência do governo de frente ampla. Para isso é fundamental a mais ampla democracia operária e impulsionar fortemente a auto-organização desses setores para superar as burocracias sindicais;
- 3) Que o SINTUSP siga exigindo que as grandes centrais sindicais como a CUT, a Força Sindical, UGT, CTB saiam da paralisia e impulsionem um plano de lutas para enfrentar todas as reformas e ataques, de forma independente do governo e construído nos locais de trabalho e estudo para impor a revogação das reformas, do arcabouço fiscal e do marco temporal e impedir que nos estados se avancem em ataques duríssimos como a reforma administrativa e as privatizações preparadas por Tarcísio em SP.
- 4) Não confiamos nas promessas da conciliação de classes e na chantagem do “mal menor”, por isso defendemos a necessidade de uma alternativa política de independência de classes, a serviço de impulsionar a luta, com um programa socialista que alie a luta dos trabalhadores com a população, partindo da defesa contra os ataques à nossa classe, ao povo pobre e todos os setores oprimidos, contra as privatizações e a repressão, e baseando-se nas mobilizações e na exigência a que as principais Centrais Sindicais rompam com seu atrelamento aos governos e convoquem um plano de luta contra os ataques.
- 5) Todo apoio à luta dos servidores federais. Contra o desmonte das universidades, o arrocho salarial e a precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa, e pela plena liberdade de pesquisa e de debate nas universidades.
- 6) Lutar pelo fim da chacina da polícia de Tarcísio de Freitas no litoral paulista, e todas as chacinas que ocorrem nacionalmente como na Bahia governada por Jerônimo Rodrigues (PT). Julgamento e punição de todos os policiais envolvidos, começando pelo Secretário de Segurança, Guilherme Derrite. Abaixo a violência policial e o genocídio da população preta e periférica. Pelo fim de todas as polícias. Toda solidariedade e apoio à luta das mães de Paraisópolis.
- 7) Lutar contra o Arcabouço Fiscal já aprovado; não ao Marco Legal da Ciências e Tecnologia e contra à Reforma Administrativa e Previdenciária anunciada. Pela revogação das Reformas Trabalhistas, Previdenciária e do Novo Ensino Médio e contra aprovação do STF sobre a competência da Justiça Trabalhista;
- 8) Rechaçar o Projeto de Lei da Uberização de Lula-Alckmin pois está a serviço das empresas de aplicativo e contra os trabalhadores precarizados. Defender plenos direitos trabalhistas para os trabalhadores precarizados de aplicativo, com o reconhecimento do vínculo de emprego para responsabilizar as empresas, e que as centrais sindicais organizem um plano de lutas que levante com força essas demandas;

- 9) Fortalecer o trabalho com o Manifesto contra a Terceirização e a Precarização do Trabalho utilizando também como ferramenta contra o PL da uberização. Pela efetivação de todos os terceirizados, sem concurso no caso do serviço público e por iguais direitos e salários.
- 10) Para enfrentar a degradação das condições de vida e trabalho, precisamos debater a crise climática e votar um programa operário para enfrentar a crise que parta da batalha pela revogação de todas as reformas, privatizações e o arcabouço fiscal e pelo não pagamento da dívida pública aos grandes credores nacionais e internacionais e inclua a luta pelo controle operário da produção, dos alimentos e preços, reajuste salarial de acordo com a inflação e garantia do salário mínimo do Dieese para todos. Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para combater o desemprego e para defender os empregos apontar a necessidade de expropriação das empresas que fecham, demitam ou possuam trabalho escravo e a reestatização sem indenização de todas as empresas privatizadas sob gestão dos trabalhadores, controle popular, sem indenização aos capitalistas - tais como a Vale e as demais mineradoras, a Eletrobrás, Metro de MG e de todas as vendas de ativos da Petrobras e empresas estatais privatizadas. Estatização da Avibrás já;
- 11) Abaixo a criminalização das lutas e dos(as) lutadores(as), pelo fim da Lei antiterrorismo e repressão aos movimentos sociais e à esquerda e em defesa do direito de organização sindical e política e contra os ataques às liberdades democráticas. Chega do encarceramento em massa do povo pobre e negro. Punição aos torturadores e assassinos da ditadura bem como seus financiadores, abertura dos arquivos da ditadura e revogação da Lei da Anistia. Recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Apoiamos o direito da classe trabalhadora à autodefesa contra os ataques da patronal e do Estado através da sua auto-organização e independência da própria classe trabalhadora.
- 12) Lutar contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, e a perseguição aos lutadores, com centralidade para a luta pela reintegração de todos os metroriários demitidos por lutar! Contra as demissões em massa dos professores categoria O, a reforma administrativa e os cortes na educação batalhando por assembleias e comandos de mobilização unificados entre as categorias. Pela reintegração de Mancha (metalúrgico, dirigente do Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos) e de todos trabalhadores demitidos por lutar em todo o país.
- 13) Contra a especulação imobiliária e a lei de “reforma agrária” dos ricos – terras ao redor do rio Paranapanema e as futuras - aprovada na ALESP, e por um plano de obras públicas sob controle dos trabalhadores e por maior investimento em educação, moradia, saneamento básico e saúde e um SUS 100% público e estatal, sob controle dos trabalhadores e usuários. Basta de OSs e Fundações Privadas administrando os serviços públicos.
- 14) Em defesa da Amazônia e de todos os nossos biomas e áreas de proteção ambiental. Proteção e autodeterminação dos povos originários e sua cultura e demarcação de todas as terras indígenas e quilombolas. Não ao Marco Temporal.
- 15) Reforma agrária sem indenização do latifúndio e agronegócio, controle dos trabalhadores e defesa da agricultura familiar.
- 16) Fortalecimento da CSP-Conlutas como um polo de independência de classes e que busque apoiar e unificar as lutas que ocorrem nacionalmente de forma independente do governo de Frente Ampla, do Congresso e do Judiciário;

Educação e Universidade

Depois da exposição dos palestrantes na mesa que abordaram de forma geral os ataques que a educação vem sofrendo nacionalmente e tratando também da situação das universidades, sobretudo as universidades estaduais paulistas e a educação em SP a plenária votou as seguintes resoluções:

- 1) Lutar em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, laica, autônoma e com acesso universal, que seja socialmente referenciada. Por mais verbas para a Educação em todos os níveis. Por uma universidade a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo pobre!
- 2) Contra os cortes na Educação, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e projeto de inovação da USP e pela revogação do Arcabouço Fiscal e o Novo Ensino Médio.
- 3) Em defesa das cotas étnico-raciais, rumo ao fim do vestibular. Pela ampliação de vagas à toda a população e contratação de professores e trabalhadores em todas as universidades. Pela estatização das universidades particulares sem indenização aos empresários da educação.
- 4) Pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.
- 5) Contratação de trabalhadores e professores efetivos para USP!
- 6) Igualdade salarial e de direitos para todos os trabalhadores terceirizados e efetivos e das fundações! BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas! Efetivação de todos os terceirizados sem necessidade de concurso público! Redigir e divulgar uma declaração do nosso Congresso denunciando a terceirização, levantando este programa e exigindo da reitoria imediatamente o BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas, assim como o acesso a todos os equipamentos e serviços que a USP oferece para os funcionários efetivos (CEPEUSP, creche, Wi-Fi, bandeirão, refeitórios adequados, etc.)
- 7) Reivindicar o retorno dos circulares efetivos pela USP, com a contratação necessário de funcionários efetivos. Enquanto não resolver essa demanda, exigimos o aumento da frota dos atuais circulares para toda a demanda. Que a frota utilize energia limpa e sustentável.
- 8) Exigir abertura das catracas dos circulares da USP para toda população com garantia de emprego dos trabalhadores do transporte.
- 9) Exigir a retirada das cancelas dos estacionamentos das unidades no campus Butantã, EACH e interior e as vagas privativas de Diretores, Reitores e chefias.
- 10) Lutar em defesa de todos os lutadores! Pela reintegração de todos os demitidos políticos: Brandão, Alexandre e Givanildo, e a retirada de todos os processos contra os lutadores. Abaixo a perseguição aos estudantes. Fora PM da USP;
- 11) Em defesa da aliança-operário estudantil! Garantia de verbas para permanência estudantil para atender toda a demanda de moradia, alimentação, creches (considerado como espaço de ensino, pesquisa e extensão de práticas do conhecimento sobre a infância), bolsas de

estudo, salas com computadores, bibliotecas e assistência odontológica e médica para que os estudantes negros e mais pobres possam concluir seus estudos.

- 12) Ruptura dos convênios da USP com Israel.
- 13) Manifestar todo apoio à luta contra a precarização na educação básica e superior nacionalmente. Abaixo as demissões em massa dos professores categoria O na rede estadual por Tarcísio e contratação imediata dos professores já aprovados no último concurso. Igualdade de salários e direitos e efetivação sem concurso dos professores temporários e precarizados, assim como de todos os terceirizados e contratados.
- 14) Lutar em defesa do HU, CSEB, SESMT, do Centro Paula Souza e das Prefeituras de todos os campi, e pela revogação do termo de anuência, que desvincula os trabalhadores do HRAC-Bauru (Centrinho); por contratação imediata de funcionários efetivos para todas as áreas do hospital. Contra todas as OSs, empresas privadas na USP e Fundações, como a FAEPA e Fundação Faculdade de Medicina que precarizam o trabalho e o atendimento à população; Contra o desmonte e a privatização do CEREST via OS's, buscando a participação no Conselho. Não à desvinculação dos Museus.
- 15) Lutar contra o assédio moral e sexual, o ponto eletrônico, o banco de horas, e a compensação das horas de pontes e do recesso;
- 16) Lutar contra o arrocho salarial, reposição de todas as perdas salariais e reajuste mensal dos salários e dos vales de acordo com a inflação! Lutar pela isonomia salarial nas três universidades estaduais paulistas!
- 17) Rechaçamos a proposta de “carreira” da Reitoria. Lutar por um projeto de carreira elaborado pelos próprios trabalhadores.
- 18) Pela defesa da Escola de aplicação e pela garantia da construção de um refeitório com refeição de qualidade para os estudantes da mesma. Garantia de acesso de pais/mães/familiares/responsáveis de acompanhar as crianças no bandeirão.
- 19) Por uma Guarda Universitária sob controle dos três setores da universidade e denunciando o caráter policesco desta e Fora Polícia Militar.
- 20) Contra a privatização e militarização das escolas públicas (municipal, estadual e federal) e a venda dos prédios das escolas efetuadas pelo governo Tarcísio. Contra a utilização da Inteligência Artificial para substituir os professores na preparação de aulas e no ensino básico e médio.
- 21) Banir o projeto escola sem partido de uma vez por todas;
- 22) Abaixo a política de saúde mental estabelecida pela Reitoria. Implementação urgente de políticas de saúde mental para os funcionários. Nenhuma legitimidade à PRIP, que não possui nada de inclusão nem de pertencimento.
- 23) Exigir um representante dos funcionários na Comissão Orçamentária da USP e em todas as Comissões do Conselho Universitário, PRIP e das unidades.

- 24) Defesa da Educação básica, como a permanência das creches e da Escola de Aplicação. E pela reintegração da creche oeste à USP.
- 25) Pelo fim da hierarquização entre as diversas áreas de conhecimento na universidade, bem como entre as categorias profissionais. Pelo reconhecimento de que somos todos profissionais da educação, titulares de saberes especializados, em nossas diferentes áreas de atuação profissional e/ou acadêmica, produtores de conhecimento relevante para a vida universitária, bem como para a sociedade em geral a que ela deve servir.
- 26) Propor às entidades um Congresso Unificado de funcionários, docentes, trabalhadores terceirizados e estudantes.
- 27) Fortalecer a entidade sindical com medidas como formação sindical, clube do livro, cursinho popular (inclusive para funcionários terceirizados), blogs para desfazer as fake news que a reitoria utiliza contra os funcionários e criar treinamentos e vídeos nas redes sociais sobre temas importantes, históricos e atualidades para melhorar a comunicação/linguagem com os funcionários e encaminhamento de denúncias e aumentar a sindicalização da categoria.
- 28) Criar instâncias para a apresentação das mazelas e situações vivenciadas pelos trabalhadores para pressionar os dirigentes das unidades. Abaixo a ditadura nas unidades.
- 29) Convidar os CIPEIROS para as discussões sobre a situação dos trabalhadores com relação ao assédio moral, sexual, condições de trabalho, acidentes de trabalho e saúde mental, organizando seminários sobre o tema.
- 30) Defesa da greve unificada entre as três universidades, em conjunção com outros movimentos sociais, estudantil, feminista e por moradia, etc.
- 31) Fomentar espaços de articulação, como seminários, entre os representantes de colegiado e os CDBistas das unidades para que atuem conjuntamente a partir dos fóruns da categoria.
- 32) Contra a substituição de funcionários efetivos por estagiários, graduandos e pós-graduandos na USP e em outras instituições privadas. Por bolsas de permanência não vinculadas a essa forma de trabalho precarizada. Apoio à organização dos estagiários.
- 33) Contra o uso ilegal e a disponibilização para as empresas privadas dos dados digitais dos funcionários, estudantes e professores e de todas as pessoas. Contra o uso de biometria e reconhecimento facial sem o consentimento das pessoas dentro e fora da Universidade e contra o assédio do governo Tarcísio que descumpra a lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) quando impõe a biometria e reconhecimento facial dos servidores do Estado.
- 34) Por uma Estatuinte Livre e Soberana que discuta democraticamente o funcionamento da Universidade, dissolvendo o CO, e colocando em seu lugar um organismo que governe a universidade realmente democrático, formado pela unidade de trabalhadores efetivos e terceirizados, estudantes e professores, com maioria estudantil.

Combate às Opressões

Depois da exposição dos palestrantes na mesa que abordaram de forma geral como a opressão às mulheres, negros, LGBTQIAP+ se mantém e se aprofundam na sociedade capitalista e, depois dos debates feitos em Grupos de Discussão a plenária deliberou as seguintes resoluções:

- 1) Para avançar na luta pela unidade da classe trabalhadora é preciso defender os setores mais explorados como os trabalhadores terceirizados e precarizados onde os negros e as mulheres são a ampla maioria. Por isso lutamos por iguais direitos e salários entre trabalhadores negros e brancos, mulheres e homens, imigrantes e refugiados, batalhando pelo fim da terceirização, pela efetivação imediata de todas e todos os trabalhadores terceirizados sem necessidade de concurso nos serviços públicos.
- 2) Lutar em defesa do direito das mulheres ao próprio corpo e à educação sexual nas escolas para decidir, assim como o direito ao aborto legal, seguro e gratuito para acabar com as mortes de mulheres por abortos clandestinos! Pela reativação e ampliação dos serviços de aborto legal (previsto em lei).
- 3) Debater nos locais de trabalho e de participação política e social o combate ao assédio e abuso sexual, assim como qualquer tipo de violência contra as mulheres, lutar pela unidade das fileiras de trabalhadores homens, mulheres e LGBTQIAP+, efetivos e terceirizados no combate às opressões.
- 4) Pela efetivação das trabalhadoras/ERS terceirizadas da USP e Serviços Públicos, a terceirização e precarização do trabalho sujeita às piores condições de trabalho e situações de assédio e exploração sexual.
- 5) Fortalecer as secretarias de Mulheres, de Negras e Negros e LGBTQIA+ do Sintusp e fortalecer os setoriais de combate às opressões da CSP-Conlutas. Realizar espaços de formação para os representantes de trabalhadoras e trabalhadores, cedebistas, membros das cipas etc.
- 6) Lutar contra as opressões e precarização do trabalho: efetivação dos terceirizados sem necessidade de concurso público!
- 7) Lutar pelo fim das operações policiais que assassinam a juventude negra e o povo trabalhador em todo o país, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia sem nenhuma confiança na Justiça.
- 8) Impulsionar uma campanha por justiça pela morte dos 9 de Paraisópolis e em apoio aos familiares que perderam parentes pela violência policial. Confiamos apenas na força da nossa mobilização para arrancar justiça e pela punição dos responsáveis pelos assassinatos. Pelo fim dos tribunais militares! Lutamos pelo julgamento dos policiais por júri popular e pelo fim da polícia, essa instituição racista e assassina.

- 9) Lutar contra o PL do Marco Temporal, em defesa da demarcação de terras para indígenas e quilombolas!
- 10) Lutar pelo direito a creches para todas as trabalhadoras efetivas ou terceirizadas e todas as estudantes mães!
- 11) Lutar contra os discursos nacionalistas e xenófobos contra os imigrantes. Reafirmamos todo apoio aos trabalhadores imigrantes africanos, haitianos, bolivianos e venezuelanos.
- 12) Organizar os setores oprimidos de forma independente dos governos e patrões sem depositar nenhuma confiança no judiciário racista e machista!
- 13) Lutar pela separação entre Estado e Igreja, fundamental para a o direito ao aborto legal, seguro e gratuito e a liberdade de culto e o fim da perseguição às religiões de matriz africana.
- 14) Em defesa das cotas raciais proporcionais a população negra de cada estado, rumo ao fim do vestibular!
- 15) Intensificar a luta contra o Marco Temporal e pela demarcação dos territórios quilombolas e indígenas.
- 16) Não à ameaça de nova intervenção militar no Haiti! Fora o imperialismo.
- 17) Que os representantes do sindicato chamem reuniões em suas unidades para debater a luta contra às opressões

Concepção Sindical e alterações estatutárias

Depois da exposição dos palestrantes na mesa que abordaram as contribuições sobre concepção e prática sindical e alterações estatutárias e, partindo da defesa de um sindicalismo classista, combativo, democrático e independente dos patrões e dos governos contidos no atual estatuto do Sintusp deliberando as seguintes resoluções:

- 1) Demitidos políticos: Em defesa dos demitidos políticos e contra a repressão da Reitoria e do Estado, manter os três demitidos políticos do SINTUSP: Brandão, Alexandre e Givanildo com todos os direitos trabalhistas. Mantendo e cumprindo o Estatuto atual.
- 2) Demitidos políticos após a data do Congresso: Que se estabeleça um limite de tempo e valor para os próximos demitidos políticos, cujo tempo e valor seja debatido e aprovado em uma assembleia de sócios ainda este ano chamada para este fim.
- 3) Contribuição Negocial: Frente à situação gravíssima do sindicato, que por sua crise financeira acumulou uma dívida referente a encargos trabalhistas dos funcionários do sindicato, e que essa situação é inaceitável e precisa ser revertida urgentemente, decidimos implementar em caráter totalmente excepcional a cobrança da contribuição negocial para o conjunto dos funcionários da USP, preservado o direito individual de recusa, de modo temporário e limitando o período e valor da arrecadação desta contribuição exclusivamente ao que corresponda ao pagamento desta dívida e à constituição de um fundo de greve, que só possa ser movimentado estritamente para despesas relacionadas à greve e após sua deflagração.
- 4) Eleições da Diretoria do Sintusp: Manter as eleições para a diretoria do sindicato de maneira majoritária, isto é, cada chapa se apresenta com seu programa e a vencedora é eleita, evitando que posições, não só divergentes, mas antagônicas paralisem o sindicato, como ocorreu quando tivemos esta experiência no SINTUSP. A democracia no SINTUSP está garantida no CDB, órgão superior à Diretoria, onde cabe todas as posições. Defendemos que, como ocorre hoje, numa chapa estejam unificadas correntes com divergências, mas não antagônicas, como por exemplo, Bolsonaristas.
- 5) Rotatividade dos diretores sindicais liberados: A favor da rotatividade dos diretores sindicais liberados. Que seja a cada, no máximo, meio mandato (18 meses), podendo ser prorrogável em caso de perseguição política sobre esses diretores, ou por outros fundamentos, com prazo determinado por uma Assembleia
- 6) Filiação à FASUBRA: A FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil) reúne sindicatos das universidades federais de todo o país que estão realizando uma importante greve nacional, e o SINTUSP pode cumprir um importante papel junto a outros sindicatos ligados à CSP-Conlutas que atuam na FASUBRA. Por isso decidimos que o SINTUSP volte a ser filiado à FASUBRA. O prazo para a implementação da filiação fica condicionado às condições financeiras do sindicato para pagar a taxa de filiação, podendo desde já pleitear a condição de observador.

- 7) Manter e aprofundar a auto-organização a partir de assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido, praticando a democracia operária que passa por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base;
- 8) Nesse mesmo sentido defendemos manter que, nos momentos de luta, o comando de greve é constituído por delegados eleitos na base, nas reuniões de unidade e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta, no qual a diretoria do sindicato e CDB se dissolve se submetendo também à eleição na base.
- 9) Que o SINTUSP promova festas, atividades culturais, esportivas visando integrar todos os trabalhadores da USP, efetivos ou terceirizados, sócios ou não-sócios, com professores e estudantes.
- 10) Que os trabalhadores terceirizados, precários, estagiários e aposentados CLTistas que se desligam da USP que se associam ao sindicato paguem um valor simbólico como mensalidade.
- 11) Criação da Secretaria de Meio Ambiente
- 12) Criação da Secretaria de Educação Básica.
- 13) Acrescentar no capítulo estatutário que as alterações do Estatuto podem ser feitas em Congresso Estatutário da categoria.
- 14) Que os representantes de base mantenham a sua representatividade na nova unidade durante o período de mandato em casos de alteração de unidade.